

Cargo: Psicopedagogo

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda o que se pede.

A evolução dos fundamentos ao longo de 1999 não ratificou as expectativas pessimistas formuladas ao início do ano, quando o impacto da crise financeira internacional sobre a economia brasileira determinou a reordenação dos principais condicionantes internos, com o objetivo de possibilitar que a condução da política econômica preservasse a estabilidade econômica e as condições necessárias ao processo de crescimento sustentado.

(Relatório Anual do Banco Central do Brasil – 1999, vol. 35 p.9, com adaptações)

01. Quanto à coesão e coerência, a alternativa que completa corretamente o texto dando-lhe continuidade, é:

- a) Assim deve-se assinalar a introdução de alterações significativas institucionais que, no paralelismo entre políticas cambiais e políticas monetárias no ajuste efetivo da promoção de contas públicas refere-se ao desempenho do governo.
- b) Dessa maneira, assinale-se que a introdução de alterações institucionais significativas, paralelamente à continuidade do esforço governamental na promoção de eficaz ajuste das contas públicas, no que se refere à política cambial e monetária.
- c) Nesse contexto, a introdução de alterações institucionais relevantes marcam, no que se refere à política cambial e à política monetária, de forma paralela à continuação no empenho governamental na realização de efetivo ajuste de contas públicas.
- d) Nesse contexto, assinale-se a introdução de alterações institucionais significativas, no que se refere às políticas cambial e monetária, paralelamente à continuidade do empenho governamental na promoção de efetivo ajuste das contas públicas.

02. A palavra ratificou, em “A evolução dos fundamentos ao longo do ano de 1999 não ratificou as expectativas pessimistas formuladas no início do ano, (...)” tem o significado de:

- a) Confirmou
- b) Corrigiu
- c) Alterou
- d) Reuniu

03. Retificar e ratificar são palavras com grafias semelhantes, porém de significados diferentes. Palavras como retificar e ratificar são conhecidas pelo nome de:

- a) Sinônimos
- b) Homônimos homógrafos
- c) Parônimos
- d) Homônimos homófonos

04. Por crescimento sustentado entende-se:

- a) O aumento da população
- b) A deflagração da crise financeira
- c) O aumento da capacidade produtiva
- d) A condução da política econômica

05. Assinale a opção que apresente pontuação incorreta.

- a) No entanto, a piora acentuada das cenários econômico e político internos desde a última análise – com o surgimento de novos fatores de incerteza – tende a reduzir a taxa de crescimento do PIB em 2001.
- b) O setor de serviços – que representa aproximadamente 60% do PIB – registrou crescimento de 2,76% em relação ao mesmo período, do ano passado.

- c) O ritmo de atividade econômica permaneceu robusto ao longo do primeiro trimestre de 2001 – período no qual a economia brasileira cresceu 4,13% em relação ao mesmo período do ano passado.
- d) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – também divulgou nova estimativa para o PIB de 2000, com o crescimento de 4,46%, revisando para cima a estimativa anterior de 4,20%.

(Trechos adaptados do Relatório de Inflação – Banco Central do Brasil, junho de 2001 – volume 3, nº2, p. 7)

06. Assinale a alternativa em que a palavra grifada tem a mesma classe gramatical da palavra “trabalho” na frase “Um grupo de trabalho...”:

- a) “No campo da Fazenda de Belém, boa parte do óleo...”
- b) “Os resultados das inovações foram praticamente...”
- c) “Porém, não é qualquer água que é usada...”
- d) “Atualmente, um dos geradores de vapor...”

07. Na questão anterior, a palavra “trabalho” contida em “Um grupo de trabalho...”, pertence à classe gramatical:

- a) Dos substantivos
- b) Dos adjetivos
- c) Dos advérbios
- d) Dos verbos

08. A expressão “Um grupo de trabalho...” pode ser substituída, sem que com isso haja prejuízo de sua compreensão ou modificação no seu significado, por:

- a) Um grupo trabalhador
- b) Um trabalho de grupo
- c) Um trabalho grupal
- d) Um grupo de trabalhadores

09. Ao escrevermos “A evolução dos fundamentos ao longo do ano de 1999 não ratificou as expectativas pessimistas formuladas no início daquele ano (...)”, com o verbo grifado no Presente do Indicativo, teremos:

- a) Não ratifica
- b) Não ratifique
- c) Não ratificando
- d) Não se ratifique

10. A concordância foi aplicada corretamente na alternativa:

- a) Há na mesa relógio e melancia saborosos.
- b) Há na mesa relógio e melancia saborosas.
- c) Há na mesa relógio e melancia saboroso.
- d) Há na mesa relógio e melancia saborosa.

11. Assinale a única alternativa em que nenhuma palavra é acentuada graficamente:

- a) Lapis, canoa, abacaxi, jovens
- b) Traiu, legua, assim, tenis
- c) Flores, ruim, sozinho, voo
- d) Orquidea, grau, açúcar virus

12. Assinale a alternativa cujo termo sublinhado é um pronome pessoal oblíquo.

- a) “A sua grave beleza ofuscava a todos”.
- b) “Nem a morte lhe emprestava uma fisionomia sem expressão”.
- c) “Com seus sonhos de menina ela passou sorrindo pela vida”.
- d) “Meus eram todos os pensamentos inconfessáveis”.

13. Assinale o item cuja frase se apresenta regida da forma mais adequada, considerando-se clareza, precisão, harmonia e correção.

- a) Há três exposições que vale a pena ver no museu de Nova Iorque. Uma delas homenageia os paraquedistas.

- b) Há três exposições que valem a pena ver no museu de Nova Iorque. Uma delas homenageia os para-quadristas.
- c) Há três exposições que valem a pena ver no museu de Nova Iorque. Uma delas homenageia os pára-quadristas.
- d) Há três exposições que vale a pena ver em Nova Iorque. Uma delas homenageia os para-quadristas.

Para responder a questão 14, leia o texto a seguir:

“O tumulto começou quando os manifestantes jogaram bombas na direção do portão principal. Os policiais tentaram conter a multidão e foi preciso agir com energia. Quando explodiu uma bomba perto da viatura, o Capitão Padilha pediu reforço, porém a situação já estava fora de controle”.

(Caros Amigos, junho / 2006)

14. Os pronomes que substituem corretamente as palavras grifadas são, respectivamente:

- a) As – la – a – lo
b) Nas – la – ela – o
c) Nas – ela – a – lo
d) As – ela – ela – o

15. Empregue as formas verbais indicadas no parênteses, fazendo a necessária concordância com o sujeito.

- I) Eu a _____ desagradável. (supor – pretérito perfeito do indicativo)
II) Outro tanto não _____ as pessoas presentes. (dizer – pretérito perfeito do indicativo)
III) Vós o _____. (pedir – futuro do pretérito do indicativo)
IV) Do lado direito _____ bancos. (haver – pretérito imperfeito do indicativo)

A sequência correta é:

- a) Supus, disseram, pedireis, havia
b) Supunha, diziam, pedis, haviam
c) Supus, diriam, pediste, haveria
d) Supunha, dirão, pedistes, haveriam

16. Assinale a alternativa na qual todas as palavras encontram-se corretamente grafadas:

- a) Altesa, obsessão, cidra, seara
b) Bugginganga, regurgitar, tigela, farinje
c) Herege, cambaxirra, enchotar, xará
d) Frenesi, execrar, granizo, carcaça

Conhecimentos Específicos

ATENÇÃO! Nas questões de nº 17, 18, 19 e 20, você assinalará a afirmativa correspondente ao período descrito.

17. Também chamado de estágio da Inteligência Simbólica. Caracteriza-se, principalmente, pela interiorização de esquemas de ação construídos no estágio anterior (sensório-motor).

A criança deste estágio:

- É egocêntrica, centrada em si mesma, e não consegue se colocar, abstratamente, no lugar do outro.
- Não aceita a idéia do acaso e tudo deve ter uma explicação.
- Possui percepção global sem discriminar detalhes.
- Deixa-se levar pela aparência sem relacionar fatos.

- a) Período sensório-motor.
b) Período pré-operatório.
c) Período operatório-concreto.
d) Período operatório –formal.

18. A criança desenvolve noções de tempo, espaço, velocidade, ordem, casualidade, etc; já sendo capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade.

Não se limita a uma representação imediata, mas ainda depende do mundo concreto para chegar à abstração. desenvolve a capacidade de representar uma ação no sentido inverso de uma anterior, anulando a transformação observada (reversibilidade).

- a) Período sensório-motor
b) Período pré-operatório
c) Período operatório-concreto
d) Período operatório –formal

19. A representação permite a abstração total. A criança não se limita mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, mas é capaz de pensar em todas as relações possíveis, logicamente buscando soluções a partir de hipóteses e não apenas pela observação da realidade. Em outras palavras, as estruturas cognitivas da criança alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento e tornam-se aptas a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas.

- a) Período sensório-motor
b) Período pré-operatório
c) Período operatório-concreto
d) Período operatório –formal

20. A partir de reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio. A inteligência é prática. As noções de espaço e tempo são construídas pela ação. O contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento

- a) Período sensório-motor
b) Período pré-operatório
c) Período operatório-concreto
d) Período operatório –formal

21. Não está de acordo coma resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos.
b) É dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.
c) As escolas que ministram o ensino infantil deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.
d) O direito à educação, entendido como um direito alienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes.

22. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) Na perspectiva de contribuir para a consolidação da pobreza e das desigualdades, a equidade requer que sejam oferecidos mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem.
b) Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem.
c) A educação escolar, comprometida com a igualdade do acesso de todos ao conhecimento e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando,

assim, o ingresso, a permanência e o sucesso na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série.

- d) Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: Éticos, Políticos e Estéticos.

23. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.
- b) É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.
- c) As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola).
- d) A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de 1000 (mil) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

24. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.
- b) O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.
- c) Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem, exceto pelo recreio pois é horário de muitas crianças estarem juntas, o que pode acarretar um acidente no âmbito escolar.
- d) Os conhecimentos escolares são aqueles em que as diferentes instâncias que produzem orientações sobre o currículo, as escolas e os professores selecionam e transformam a fim de que possam ser ensinados e aprendidos, ao mesmo tempo em que servem de elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

25. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada.
- b) A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo parcialmente integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.
- c) A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos

alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

- d) Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

26. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.
- b) Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.
- c) Os conteúdos são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- d) As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas não permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

27. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.
- b) A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.
- c) Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias tradicionais e estratégias rígidas de trabalho, que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.
- d) Os sistemas de ensino e as escolas assegurarão adequadas condições de trabalho aos seus profissionais e o provimento de outros insumos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/96 e em normas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

28. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a) A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa

de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

- b)** O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo parcial/integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.
- c)** As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico.
- d)** Ao restituir a condição de ambiente de aprendizagem à comunidade e à cidade, a escola estará contribuindo para a construção de redes sociais e de cidades educadoras.

29. Não está de acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos:

- a)** O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento.
- b)** Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos sem deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços.
- c)** O atendimento educacional especializado aos alunos da Educação Especial será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes. Ele não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso ao currículo, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia (conforme Decreto nº 6.571/2008, Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009).
- d)** O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contra turno, em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em outra escola ou em centros especializados e será implementado por professores e profissionais com formação especializada, de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, defina os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

30. De acordo com a resolução nº 7/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos em seu Art. 44 A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, da alfabetização às diferentes etapas da escolarização ao longo da vida, inclusive

àqueles em situação de privação de liberdade, é pautada pela inclusão e pela qualidade social e requer:

- I– um processo de gestão e financiamento que lhe assegure isonomia em relação ao Ensino Fundamental regular;
II– um modelo pedagógico próprio que permita a apropriação e a contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais;
III– a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação;
IV– uma política de formação permanente de seus professores;
V– maior alocação de recursos para que seja ministrada por docentes licenciados.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II e III estiverem corretas
b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
d) Se todas estiverem corretas

31. Não condiz com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

- a)** Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
c) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
d) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade desde que esteja matriculada no Ensino Infantil ou Ensino Fundamental nos estabelecimentos públicos de ensino.

32. Não condiz com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

- a)** Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
b) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.
c) O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.
d) No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura, não se importando se os outros alunos vão ou não debochar de seus valores.

33. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- I- noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
II- perigoso, insalubre ou penoso;
III- realizado em locais apropriados à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
IV- realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Assinale:

- a)** Se apenas I, II e III estiverem corretas
b) Se apenas I, II e IV estiverem corretas

- c) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
d) Se todas estiverem corretas

34. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu Art. 148. A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente ou adultos, aplicando as medidas cabíveis;

II - ignorar a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III - conhecer de pedidos de adoção e remediar seus incidentes;

IV - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209;

V - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

VI - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

VII - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Estão incorretas as afirmativas:

- a) I, II e III
b) II, III e IV
c) III, IV e V
d) V, VI e VII

35. Não está de acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

a) Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

b) Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

c) Comprovada a competência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

d) Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

36. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação regionais, municipais e estaduais, respectivamente.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas
b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
c) Se apenas I, III e IV estiverem corretas
d) Se todas estiverem corretas

37. De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

I - Os sistemas municipais de ensino compreendem: as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos municipais de educação.

II - As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

III - As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; filantrópicas, na forma da lei.

IV - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

V - A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas
b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas
d) Se todas estiverem corretas

38. Não está de acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

a) Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

b) O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

c) Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

d) Nos estabelecimentos de ensino infantil e ensino fundamental públicos, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

39. De acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 em seu Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere

ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância das camadas menos privilegiadas de patrimônio cultural;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, II, III e V estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas

40. De acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 em seu Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. § 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III - dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas
- c) Se apenas I, III e IV estiverem corretas
- d) Se todas estiverem corretas